

Balanço do Trabalho Parlamentar

XVI Legislatura

Grupo Parlamentar do  **PCP**





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar.....	4
I – O trabalho Parlamentar do PCP.....	4
II – Os Balanços Setoriais.....	8
Trabalho e Segurança Social, Deficiência.....	8
Direitos das Crianças.....	9
Saúde.....	9
Comportamentos Aditivos e Dependências.....	11
Educação.....	11
Ensino Superior.....	12
Ciência.....	13
Cultura e Comunicação Social.....	14
Fiscalidade, Orçamento, Banca e Sistema Financeiro.....	15
Habitação.....	16
Transportes, Infraestruturas e Investimento Público.....	17
Economia, MPME e Setores Produtivos.....	18
Agricultura e Pescas.....	19
Ambiente e Energia.....	19
Coesão Territorial e Ordenamento do Território.....	20
Igualdade.....	20
Justiça.....	21
Imigração.....	23
Administração Interna e Proteção Civil.....	24
Defesa Nacional.....	25
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.....	25
2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo.....	27
3. Comissões Eventuais e de Inquérito.....	30
4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial.....	31
5. Declarações Políticas.....	32
6. Debate do Programa de Estabilidade.....	33
7. Debate do Programa do Governo.....	34
8. Debate do Estado da Nação.....	35
9. Orçamento do Estado.....	36
Debate na Generalidade.....	36
Debate na Especialidade.....	36
Propostas de alteração.....	37
Discussão e votação final global.....	37
10. Jornadas Parlamentares.....	39
11. Projetos de Lei.....	40
12. Projetos de Resolução.....	44
13. Votos apresentados pelo PCP.....	47

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I – O trabalho Parlamentar do PCP

1. A atividade do Grupo Parlamentar do PCP decorreu num contexto político profundamente desfavorável para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, mas favorável aos interesses dos grupos económicos, como se veio a revelar.

Aí está a vida a comprovar, todos os dias, as consequências das opções políticas do atual Governo PSD/CDS: mais desigualdades e injustiças; baixos salários e pensões; a degradação de serviços públicos e crescentes dificuldades no acesso a direitos consagrados constitucionalmente; o incentivo à especulação; o desinvestimento público; a manutenção da dependência externa e de limitações no aparelho produtivo.

Uma governação marcada por uma enorme operação de propaganda para fazer que resolve os problemas, quando o que fez foi mesmo aproveitar cada problema para o tornar numa oportunidade de negócio para os grupos económicos, quem verdadeiramente serve.

Desde o primeiro momento, o PCP denunciou as verdadeiras intenções do Governo e da sua política, tendo inclusivamente apresentado uma moção de rejeição do programa do Governo que acabou rejeitada, em que IL e CH e também o PS permitiram que o Governo entrasse em funções e intensificasse a política de direita.

O Governo foi célere no favorecimento do grande capital, com a atribuição de mais benefícios fiscais; com a redução do IRC em 365 milhões de euros que beneficia em particular as grandes empresas; com o desenvolvimento do processo de privatização da TAP, integrado num vasto plano de privatizações; com a entrega de recursos públicos à Vinci a pretexto do Novo Aeroporto de Lisboa; com a renovação e a criação de novas parcerias público privadas; um novo salto na privatização da saúde com a privatização dos cuidados de saúde primários; com a promoção da especulação imobiliária resultante da alteração da legislação em matéria de solos; com a transferência de mais recursos no âmbito do PRR. E o Governo tinha intenção ainda de ir mais longe, nomeadamente com a ofensiva contra o carácter público, universal e solidário da Segurança Social ou com as alterações à legislação laboral para atacar direitos e aumentar a exploração sobre quem trabalha.

Durante onze meses, o Governo PSD/CDS, com o apoio da IL e do CH, viabilizado pelo PS, foi responsável pelo agravamento dos problemas, pela degradação da situação social e económica e pela descredibilização da vida política nacional. A demissão do Governo, na sequência da rejeição da moção de confiança, é o resultado de uma política contrária aos interesses do povo e do País, ao serviço dos interesses dos grupos económicos e multinacionais, da promiscuidade entre o público e o privado e da existência de conflito de interesses entre o exercício de cargos políticos e interesses particulares. A instabilidade da situação política e a instabilidade e incerteza da vida de quem trabalha e trabalhou uma vida inteira, são as razões que estiveram na origem da moção de censura apresentada pelo PCP, e que se tivesse sido aprovada, tinha antecipado a inevitável saída do Governo.

Perante a situação, era inevitável a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas. A situação a que o País chegou reclama a mobilização dos trabalhadores e do povo, o reforço da sua organização e luta, antes das eleições, nas eleições e após a sua realização. Eleições que constituem uma oportunidade para penalizar a política de direita e os seus protagonistas e abrir caminho para uma política alternativa, patriótica e de esquerda, de progresso e desenvolvimento, ao serviço dos trabalhadores, dos reformados e do País.

2. Nesta legislatura, o PCP não deixou de denunciar as consequências das opções do Governo e deu prioridade à resposta aos problemas mais prementes, demonstrando que é justa, que é necessária e que é possível uma outra política, que vá ao encontro das necessidades e das reivindicações dos trabalhadores e das populações.

Uma intervenção marcada pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, seja pela exigência do aumento significativo dos salários, desde logo com a proposta de aumento do salário mínimo nacional para mil euros, seja pela remoção das normas gravosas da legislação laboral com propostas como a revogação da caducidade da contratação coletiva, a eliminação dos instrumentos de desregulação do horário de trabalho, a reposição do pagamento do trabalho suplementar ou o reforço dos direitos de quem trabalha por turnos ou em trabalho noturno e a redução do horário de trabalho para as 35 horas para o setor público e privado.

Pela defesa da segurança social, com propostas para a valorização das longas carreiras contributivas, o aumento das pensões em 5% no mínimo de 70 euros, pelo alargamento da atribuição da pensão

social de inclusão, a universalização do abono de família ou o reforço dos direitos de maternidade e paternidade, com o alargamento da licença para 210 dias, paga a 100%.

Apresentámos soluções concretas para Salvar o SNS, com o objetivo de criar as condições para a fixação de profissionais de saúde, com a implementação do regime de dedicação exclusiva e com a integração do internato médico na carreira médica; para defender o direito à habitação pondo os lucros da banca a suportar as elevadas taxas de juro, protegendo os inquilinos assegurando maior estabilidade no arrendamento e revogando o balcão dos despejos; para valorizar a Escola Pública, através do reforço da ação social escolar no ensino básico e secundário e no ensino superior, da eliminação das propinas, taxas e emolumentos no ensino superior e da valorização dos trabalhadores da educação através da contabilização integral do tempo de serviço de professores e educadores, da vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço, da atribuição de complemento de alojamento e de deslocação a todos os docentes e técnicos especializados deslocados e da criação de carreiras especiais para os trabalhadores da educação

Destaque para as propostas para dar combate ao elevado custo de vida, com a redução de preços de bens e serviços essenciais, com a redução do IVA da eletricidade, do gás e das telecomunicações para 6%, com a fixação do preço da botija do gás em 20 euros e com a remoção das componentes especulativas do preço dos combustíveis.

Um sublinhado para as propostas para combater a corrupção, nomeadamente a proibição do recurso à arbitragem pelo Estado, pelo impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e a obrigação da comunicação e criação de uma contribuição especial sobre as transações financeiras para os paraísos fiscais.

Destaque nesta legislatura para o agendamento do projeto de lei que cria um programa extraordinário para a regularização da situação dos imigrantes, do agendamento de duas iniciativas legislativas para reforçar os direitos dos bombeiros e da interpelação ao Governo sobre a degradação da situação económica e social do País.

Conseguimos repor o subsídio de fixação do corpo da guarda prisional nas regiões autónomas; reforçar, ainda que limitadamente face ao que seria necessário e que constava da nossa proposta, os direitos dos bombeiros das associações humanitárias; e prorrogar o regime transitório para a utilização na procriação medicamente assistida de material biológico doado sob anonimato.

Da mesma maneira, a nossa intervenção foi determinante para a reposição de mais de 300 freguesias, para a eliminação da esmagadora maioria das portagens nas ex-SCUT, para o alargamento do complemento de alojamento, e para a redução do IRS sobre os rendimentos baixos e intermédios.

3. Neste balanço, um sublinhado especial para a apresentação da **Moção de Rejeição do Programa do Governo** e da apresentação da **Moção de Censura ao Governo**. Destaque para as principais iniciativas e propostas apresentadas na XVI Legislatura, de entre um total de **185 iniciativas**, divididas entre **97 Projetos de Lei**, **86 Projetos de Resolução**, a **Apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, em matéria de Solos** e a proposta de **Inquérito Parlamentar à privatização da ANA Aeroportos**, que foi rejeitada com os votos contra do PSD, PS, CDS e a abstenção do CH.

Destacamos também as Audições Parlamentares que realizámos durante esta Legislatura, a **Reunião com Associações Académicas sobre Ensino Superior**; a audição sobre **Medidas Urgentes para o Serviço Nacional de Saúde**, a audição sobre o **Novo Aeroporto de Lisboa, Terceira Travessia e Alta Velocidade Ferroviária**, a reunião sobre o **Sector Automóvel: defender os interesses do País dos trabalhadores num sector em mudança**, a reunião sobre a **Lei dos Solos**, a audição pública sobre o **Estatuto da Carreira de Investigação Científica**, a reunião sobre a necessidade de se **cumprir a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez no SNS**, que se realizou no dia 10 de fevereiro, a propósito dos 18 anos sobre o Referendo sobre a despenalização da IVG e , por último, a audição que realizámos já no final de março, intitulada, **Defender e reforçar a Segurança Social Pública, património dos trabalhadores e do povo**.

Realçam-se também as dezenas de visitas feitas pelos Deputados do PCP por todo o País e as **257 audiências** realizadas com entidades e pessoas a título individual.

Trabalho e Segurança Social, Deficiência

O PCP continuou empenhado no combate à exploração, ao condicionamento dos salários e das pensões e ao ataque aos direitos dos trabalhadores lutando pela valorização do trabalho, dos trabalhadores e de quem trabalhou uma vida inteira.

Entre outras medidas, propôs o aumento do Salário Mínimo Nacional para 1000€ e a atualização das pensões e das reformas em 5% e pelo menos 70€ para todas; o direito ao subsídio de alimentação para todos os trabalhadores do setor privado; a reposição dos direitos roubados aos trabalhadores designadamente os 25 dias úteis de férias para a Função Pública, alargando-os ao sector privado; a reposição dos montantes e regras de cálculo nas compensações por cessão do contrato de trabalho, do pagamento e descanso compensatório por trabalho suplementar; a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; e a revogação do regime de caducidade da contratação coletiva.

Apresentámos também propostas para o combate à precariedade e pela maior proteção dos trabalhadores como: o reconhecimento do direitos laborais e maior proteção social aos trabalhadores do serviço doméstico; o cumprimento efetivo horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar; a revogação dos mecanismos de adaptabilidade individual; e o reforço dos direitos dos trabalhadores em regime de trabalho noturno e por turnos.

Na área da Segurança Social, as iniciativas do PCP distinguem-se pela defesa dos direitos dos reformados, pensionistas e idosos, valorizando as longas carreiras contributivas, com a eliminação das penalizações e do fator de sustentabilidade à reforma antecipada: a melhoria das condições de atribuição do complemento solidário para idosos e a alteração das regras de atualização anual das pensões, bem como a criação de uma Rede Pública de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos e uma Carta dos Direitos dos Idosos, Reformados e Pensionistas.

No que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, defendemos o alargamento das condições de acesso das pessoas com deficiência à PSI e em sede de Orçamento do Estado de 2025 foi possível aprovar parcialmente a proposta de Eliminação das barreiras arquitetónicas.

Direitos das Crianças

O PCP apresentou propostas para o reforço dos direitos da maternidade e da paternidade, designadamente com o alargamento da licença parental inicial para 210 dias, a criação de licenças especiais para prematuridade ou internamento do recém-nascido e o alargamento da dispensa para amamentação ou aleitação para três horas diárias, bem como a valorização do abono de família a crianças e jovens, com vista à sua universalidade e da valorização do abono pré-natal.

No âmbito da proteção do superior interesse da criança, propusemos medidas concretas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e ainda a possibilidade de a família de acolhimento ser candidata à adoção, mesmo tratando-se de familiar, desde que preencha os requisitos exigidos para adotar e esgotadas as possibilidades da criança regressar à sua família de origem.

Saúde

Nesta legislatura, o investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) constituiu uma das prioridades da intervenção do PCP, desde logo com a apresentação de soluções concretas para reforçar a capacidade do SNS, seja através da contratação e da fixação de profissionais de saúde, seja pelo reforço do investimento nas instalações e equipamentos, seja no alargamento da resposta de proximidade.

Destaque para o Programa de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde, com soluções concretas para assegurar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde e valorização dos profissionais de saúde, assente em cinco eixos: a contratação, atração e retenção de profissionais de saúde, através da melhoria das suas condições de trabalho; a melhoria do acesso aos cuidados, valorização e prevenção das doença e promoção da saúde, bem como a garantia do acesso aos medicamentos; o reforço dos meios financeiros e técnicos e o aumento da capacidade do SNS; a promoção da gestão democrática no SNS e a disciplina das relações do Estado com o setor privado, promovendo a sua verdadeira fiscalização.

Contratar e fixar profissionais de saúde no SNS exige a valorização das suas carreiras e das suas condições de trabalho. Com esse objetivo, apresentámos um projeto de lei de criação de um regime de dedicação exclusiva de carácter opcional, dirigido a médicos e enfermeiros, com possibilidade de alargar a outros profissionais de saúde em carência no SNS, com a majoração do rendimento base em 50% e a contabilização do tempo de serviço para efeitos de progressão. Propusemos que o

internato médico integrasse a carreira médica, para valorizar os médicos, a sua carreira e dar condições de estabilidade, tornando o SNS mais atrativo. E propusemos também medidas concretas para valorizar os enfermeiros, atendendo a desigualdades e injustiças que persistem, nomeadamente o pagamento retroativo a 2018, quando foram descongeladas as carreiras, da alteração de posicionamento remuneratório na sequência da contabilização dos pontos.

Defendemos a gestão democrática das unidades de saúde e entregámos um projeto de lei, em que propomos através da realização de concurso público para o Presidente do Conselho de Administração sendo os diretores clínicos e enfermeiros diretores eleitos pelos profissionais e um projeto de lei que extingue a Direção Executiva do SNS, transferindo as suas competências para a ACSS, agora designada como Administração Central do Serviço Nacional de Saúde.

Atendendo à necessidade de dar resposta às situações de doença aguda ligeira, libertando os serviços de urgência hospitalares para as situações mais complexas o PCP propôs a criação de uma rede de urgências básicas ou atendimentos permanentes nos cuidados de saúde primários, no mínimo um por concelho, facilmente acedíveis em todo o território, que garantam a resposta às necessidades de saúde agudas ligeiras.

Foi aprovada a proposta do PCP para assegurar o acesso às técnicas de procriação medicamente assistida, através do reforço da capacidade dos centros públicos de procriação medicamente assistida, assim como foi aprovado o projeto de lei para prorrogar o regime transitório que permite a utilização de material biológico doados sob o regime de anonimato.

Na defesa do SNS, universal, geral, público e gratuito e do direito à saúde consagrado constitucionalmente, o PCP denunciou as opções políticas do Governo PSD/CDS, de prosseguir com grande aceleração o caminho iniciado pelo anterior Governo de maioria absoluta do PS, a entrega de recursos financeiros do SNS para alimentar os lucros dos grupos privados, designadamente a transferência de 800 mil utentes sem médico de família para fora do SNS, com as USF modelo C, a PPP de Cascais e diversas contratualizações com o setor privado, a abertura de centros de atendimento clínica em unidades privadas ou a criação PPP em cinco Unidades Locais de Saúde, que para além de impor a gestão privada a cinco hospitais, quer abranger 174 centros de saúde, o que configura um novo passo na privatização da saúde.

Comportamentos Aditivos e Dependências

Depois de mais de uma década de luta dos trabalhadores, a par da intervenção do PCP, foi constituída a estrutura nacional dedicada à área dos comportamentos aditivos e das dependências, com a integração das diversas áreas de intervenção, da dissuasão, à prevenção, da redução de riscos e minimização de danos ao tratamento e à reinserção, o Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD). A criação do ICAD não foi acompanhada dos meios financeiros necessários face à realidade atual. No Orçamento do Estado para 2025 o orçamento do ICAD ficou aquém do orçamento do antigo IDT passados mais de 10 anos, o que constitui um sério constrangimento no dia-a-dia para reforçar a resposta pública nesta área. Face ao exposto, o que se impõe é o reforço do orçamento do ICAD e foi com esse objetivo que o PCP propôs no âmbito da discussão do OE 2025, o reforço de cerca de 15 milhões de euros.

Educação

Na área da Educação, o PCP apresentou um conjunto de iniciativas para a valorização da Escola Pública e a garantia do direito à Educação. Considerando o desenvolvimento integral da criança desde a nascença, com enfoque no direito à educação, o PCP defende a criação de uma rede pública de creches e de educação pré-escolar, que garanta que todas as crianças dos 0 aos 6 anos possam ter resposta.

A Educação e a Escola devem ser em todas as suas dimensões um espaço pedagógico, mas também lúdico e social, o PCP apresentou um Projeto de Resolução que recomenda a valorização e promoção dos recreios. Apresentámos ainda dois projetos que apresentavam um conjunto de medidas de prevenção da violência em contexto escolar e defendiam a efetiva aplicação da educação sexual enquanto disciplina transversal e interdisciplinar. Estes dois projetos demonstram a importância da Escola Pública como garante do desenvolvimento saudável das crianças e dos jovens, da necessidade de uma intervenção generalizada na comunidade educativa, que fomente a inclusão e integração, que promova o respeito pela diversidade cultural, religiosa e étnica e que combata a xenofobia, o racismo e todos os tipos de discriminação. Neste contexto é de extrema importância a existência do número adequado de trabalhadores, assim, o PCP apresentou e aprovou um conjunto de propostas que garantam a razão de 1 psicólogo por 500 estudantes, tal como a criação da carreira de psicólogo escolar.

Ainda no que diz respeito aos profissionais da educação, o PCP defendeu a contratação e valorização das carreiras de todos os trabalhadores da educação, nomeadamente garantindo a consolidação da carreira dos técnicos especializados, a criação de grupos de recrutamento para os técnicos especializados em formação e a criação das carreiras de auxiliar de educação e de assistente técnico. Defendemos também a alteração da portaria dos rácios, de modo que esta espelhe efetivamente as necessidades de cada escola e garanta os trabalhadores necessários.

No caso dos professores e educadores, o PCP apresentou um conjunto de iniciativas que a sua aprovação implicariam uma efetiva valorização da sua carreira e o necessário combate à falta de professores na Escola Pública. Defendemos um apoio à deslocação e ao alojamento a todos os professores deslocados (e técnicos especializados), a aprovação de um regime de aposentação justo e específico, a vinculação de todos os professores com 3 ou mais anos de serviço, o posicionamento no escalão remuneratório correto e a contabilização de todo o tempo de serviço a todos os professores, inclusive para efeitos de aposentação.

Ensino Superior

A CRP consagra o direito de todos à educação e ao ensino, sendo da responsabilidade do Estado a garantia desse direito fundamental, assegurando o acesso e sucesso de todos os cidadãos aos graus mais elevados de ensino.

As dificuldades dos estudantes no acesso ao Ensino Superior mantêm-se, desde logo pela existência dos exames nacionais, pelo que o PCP defendeu o fim dos mesmos através da apresentação de um Projeto de Resolução. Mas, não são apenas os exames que se configuram como um obstáculo ao acesso, frequência e sucesso no ensino superior, as dificuldades económicas de muitos estudantes e das suas famílias levam a que aquele direito seja negado a muitos, por não terem os apoios necessários. Assim, e tendo em conta o mercado especulativo do arrendamento, o PCP apresentou e aprovou um conjunto de propostas que irão garantir que todos os estudantes deslocados até ao 6.º escalão de rendimento a atribuição de um complemento de alojamento.

Outras das propostas do PCP, que passavam pelo aumento do número de estudantes abrangidos pelo regime de atribuição de bolsas e o aumento do valor das bolsas, acabaram rejeitadas. Apresentámos também um Projeto de Resolução para a efetiva e plena inclusão dos jovens com necessidades

educativas específicas no Ensino Superior, nomeadamente garantindo o acesso, frequência e sucesso.

Um dos principais custos no Ensino Superior é o valor das propinas, e são preocupantes as várias declarações proferidas pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação em que admitia um descongelamento e aumento do valor das propinas e da redução do financiamento das Instituições através do Orçamento do Estado. Face a isto, o PCP requereu a audição do Ministro para que se esclarecessem as verdadeiras intenções do Governo no que respeita ao financiamento do Ensino Superior e à garantia constitucional do acesso aos mais altos graus de ensino por parte de todos os jovens que assim o desejem. Tendo em conta este cenário, o PCP apresentou a sua proposta de eliminação das propinas, taxas e emolumentos.

Durante esta legislatura o PCP participou no Grupo De Trabalho da Comissão de Educação e Ciência sobre o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), onde se ouviram um largo conjunto de entidades, culminando na apresentação de um Projeto de Lei, rejeitado, que alterava o RJIES de forma profunda: revogando o regime fundacional; garantindo uma verdadeira autonomia na organização e gestão, nomeadamente, com a eliminação da limitação de contratação de pessoal docente e não docente; participação e gestão democráticas exigidas pela Constituição, envolvendo professores, investigadores, estudantes e funcionários; revogando a imposição de entidades externas nos órgãos de governo executivos; assegurando a autonomia, e apontando uma perspetiva progressista e democrática para o seu desenvolvimento.

Ciência

Esta legislatura ficou marcada pela discussão e aprovação do novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), discussão que o PCP acompanhou com iniciativas legislativas que garantiam a integração na carreira de investigação científica de todos investigadores com contrato precário e bolsas de investigação e dos técnicos superiores doutorados dos Laboratórios, da FCT e das Instituições do Ensino Superior. Apresentámos igualmente um conjunto de propostas de alteração ao ECIC, designadamente: aplicação do novo Estatuto às instituições públicas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), incluindo as de regime fundacional, instituições particulares sem fins lucrativos que integram o SCTN; a criação de um regime transitório que permita a transição para a carreira dos vários investigadores que se encontrem ou se encontrassem nos últimos 36 meses em contratos precários, tal como investigadores juniores, investigadores auxiliares,

investigadores principais, investigadores coordenadores ou investigadores com bolsa pós-doutoral, contabilizando-se o tempo total dos contratos no cômputo do período experimental; integração na carreira de investigação científica dos bolseiros de investigação científica, revogando o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica; a criação de duas novas categorias de acesso à carreira, de estagiário de investigação e assistente de investigação, que abrangem os investigadores em formação (bolseiros de investigação) e pós-doutorados; a eliminação da obrigatoriedade do exercício de funções docentes; a garantia de ingresso na carreira de investigação científica dos técnicos superiores doutorados que desempenhem funções de investigação (proposta aprovada); a uniformização dos regimes de avaliação de desempenho e de alteração do posicionamento remuneratório que garanta a efetiva promoção e progressão.

Cultura e Comunicação Social

A necessidade de criação de um Serviço Público de Cultura e a democratização do acesso à cultura constitui a matriz em que assentou a intervenção no PCP, que se traduziu na defesa do reforço do financiamento na Cultura, nomeadamente defendendo um Plano Nacional para as Artes e Cultura num valor mínimo de 1% do Orçamento para a Cultura, no acesso gratuito em equipamentos e atividades culturais e no alargamento da gratuitidade da entrada nos museus, palácios e monumentos nacionais. Defendemos a contratação de arqueólogos e outros trabalhadores para os quadros dos organismos do Ministério da Cultura.

Nesta legislatura, propusemos ainda o reforço do financiamento e aumento da abrangência do programa de apoio à criação literária e dos Planos Nacionais de Artes, Leitura e Cinema. Na área da música, defendemos o apoio às bandas filarmónicas. Apresentámos um Voto de Congratulação pelo Centenário do nascimento de Carlos Paredes e um Projeto de Resolução para a classificação da Obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional. Interviemos ainda na defesa da Capital da Cultura em Évora e contra toda a possível intervenção que prejudique o maior sucesso da iniciativa.

No sector da comunicação social o PCP manteve a sua posição de defesa do serviço público de rádio e televisão que a RTP assegura. Deste modo, apresentámos uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado, que foi aprovada e que impediu o corte da publicidade comercial neste operador.

Fiscalidade, Orçamento, Banca e Sistema Financeiro

Na política fiscal, o PCP apresentou propostas para o alívio do IRS sobre os rendimentos mais baixos e intermédios, passando pelas alterações nas taxas e a atualização da dedução específica (congelada há mais de 10 anos), embora abrangesse todos os contribuintes, incidia a maior parte do alívio fiscal nos rendimentos mais baixos e intermédios, ao contrário da proposta do Governo, que propunha alívios mais significativos em rendimentos mais elevados do que nos rendimentos intermédios. Por outro lado, a proposta do PCP introduzia o englobamento obrigatório para rendimentos prediais e de capital superiores a 80 mil euros anuais, que hoje podem pagar taxas inferiores às de rendimentos de trabalho intermédios; criava um 10.º escalão, fixando na estrutura do IRS a Taxa Adicional de Solidariedade e aumentando a sua tributação em 3 pontos percentuais; e punha fim ao fim do injusto regime dos residentes não-habituais. Esta proposta permitiria aliviar a tributação sobre rendimentos mais baixos e intermédios, mas, por ter medidas de aumento da receita, não poria em causa o financiamento das funções sociais do Estado. Tendo sido rejeitada pela convergência de votos entre PS, PSD, CDS, IL e CH, o PCP contribuiu para que outra proposta de alívio do IRS fosse aprovada, que, ao contrário da proposta do Governo, não reduzia a progressividade do imposto.

Foi ainda apresentado um projeto de lei para que a tributação do IVA em bens essenciais, como a energia ou as telecomunicações, deva ser à taxa mínima de 6%, revertendo o aumento realizado pelo anterior Governo PSD/CDS e mantido pelo Governo PS.

O PCP interveio no sentido de desmascarar a intenção do Governo PSD/CDS de usar uma suposta situação de alarme relativamente às contas públicas para abrir caminho ao incumprimento de promessas eleitorais e à ainda maior degradação dos serviços públicos e dos níveis de investimento público, denunciando ainda medidas como o IRS Jovem ou a significativa redução do IRC por via da redução da taxa e do aumento dos benefícios fiscais, que prosseguem o agravamento das injustiças e desigualdades.

O PCP interveio ainda num conjunto de audições sobre o negócio de venda das barragens do Douro, realizado entre a EDP e um consórcio liderado pela Engie, que montaram um esquema para fugir ao pagamento de qualquer imposto neste negócio de 2.200 milhões de euros (que o PCP desde a primeira hora recusou), bem como para evitar o pagamento do IMI. Igualmente, confrontou a administração e o Governo, com a sua função de acionista do banco público CGD, com vista a estancar a perda de quota de mercado, o encerramento de balcões e a saída de trabalhadores; e com

a necessidade de contratar mais trabalhadores para a Autoridade Tributária e Aduaneira, valorizando os seus trabalhadores e as suas carreiras.

Ao nível do acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado, foi denunciada e combatida a decisão do Governo PSD/CDS de insolvência da INAPA, empresa de distribuição de papel cotada em bolsa em que o Estado era o maior acionista, bem como todo o projeto de novas privatizações e a criação do Grupo de trabalho encarregado para o efeito.

Habitação

Perante o agravar da situação no que respeita ao acesso de todos os cidadãos a uma habitação condigna, o PCP, a para da defesa do aumento da oferta pública de habitação, apresentou as suas propostas de controlo de rendas e de proteção dos inquilinos, nomeadamente com a suspensão provisória dos despejos, e a exigência de que sejam os lucros astronómicos da banca a suportar as elevadas taxas de juro do crédito à habitação definidas pelo BCE, aliviando o peso que estes têm nos rendimentos das famílias.

O PCP apresentou ainda três projetos de lei, propondo a alteração ao Regime do Arrendamento Urbano para proteger os inquilinos e o seu direito à Habitação e travar os despejos e aumentos de rendas; propondo a Regulamentação da Carta Municipal de Habitação, prevista na Lei de Bases da Habitação, afirmando-se como o instrumento de planeamento municipal decisivo para uma boa articulação e diálogo das políticas locais de habitação com a política nacional de habitação, no respeito das atribuições e competências dos municípios; bem como o combate à especulação fundiária – com a alteração à Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, na defesa de uma forma alternativa e justa de construir a cidade, de assegurar o direito constitucional a uma habitação digna e acessível, com a implementação de políticas de solos e de desenvolvimento urbano determinadas pelo interesse público e pela justiça social.

Entretanto, o PCP propôs a revogação do Decreto-Lei 117/2024, que altera o RJIGT e que ficou conhecido como “Lei dos Solos”, agravando o escândalo da especulação imobiliária para a especulação fundiária; e confrontou o Governo com as profundas falhas no chamado regime de “Apoio às Rendas” que excluiu e penalizou milhares e milhares de pessoas.

Transportes, Infraestruturas e Investimento Público

Perante o conhecimento do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas à privatização da ANA Aeroportos, e o reconhecimento de mais um negócio ruinoso para o País o PCP propôs a realização de um Inquérito Parlamentar (proposta rejeitada pelo PS, PSD e CDS) e promoveu um conjunto de audições sobre o tema na Comissão de Economia, Obras Públicas, e Habitação.

O PCP confrontou ainda o Governo com as decisões escandalosas que beneficiaram a ANA/VINCI com o Tribunal Arbitral em relação ao contrato de concessão, e com a entrega do Terminal Militar de Figo Maduro àquela multinacional, em detrimento do interesse nacional. No seguimento das decisões anunciadas quanto às negociações com a ANA/VINCI sobre o Novo Aeroporto, o PCP promoveu a Audição do Ministro das Infraestruturas na AR.

O processo em curso de nova privatização da TAP motivou a intervenção do PCP, com questionamentos ao Governo sobre os crimes e desmandos cometidos no último processo de privatização e pela gestão privada da Companhia e que a CPI realizada na anterior Legislatura e o intenso trabalho realizado pelo PCP permitiram evidenciar.

Na ferrovia, o PCP suscitou de forma sistemática o acompanhamento a projetos fundamentais como a ligação Sines/Caia ou a Linha de Leixões, com questionamentos ao Ministério sobre as opções para estes serviços, bem como sobre os comboios internacionais noturnos – cuja reativação foi aprovada por proposta do PCP na lei do OE.

De destacar ainda a intervenção desenvolvida pelo PCP em resposta aos graves problemas verificados na PPP do “Comboio da Ponte”, com o serviço Setúbal/Lisboa a penalizar gravemente os utentes por inaceitáveis insuficiências de oferta de transporte – tendo o Governo PSD/CDS celebrado com o concessionário privado o prolongamento da PPP por mais de seis anos, sem qualquer reforço de serviço. Tal intervenção do PCP passou pela Audição do Ministro na AR, bem como da apresentação de questionamentos e propostas com o Projeto de Resolução com medidas para solucionar os problemas sentidos no serviço, mobilizando o serviço público e a CP para reforçar a oferta de transporte às populações.

De registar ainda a proposta para que a medida da eliminação das portagens fosse aplicada em todas as ex-SCUT e incluísse a reversão dos ruinosos contratos de concessão (proposta rejeitada pelo PS,

PSD e CDS), bem como, no sector do transporte de passageiros, as propostas apresentadas para a definição de contingentes de TVDE e a suspensão imediata de atribuição de licenças.

No transporte fluvial, destaca-se o questionamento ao Governo sobre as opções para a Transtejo e a Soflusa, as necessidades de investimento e de reforço de pessoal para a capacidade de resposta (e sobre a forma como os navios elétricos estão a ser incorporados na operação); e ainda a proposta para a resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do Rio Sado e incluir esse serviço no passe atualmente em vigor.

Nas Infraestruturas e Investimento Público, a realização de uma Audição Pública sobre os investimentos estruturantes novamente anunciados para a Área Metropolitana de Lisboa, o Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo em modo rodoferroviário e a Alta Velocidade Ferroviária, há muito defendidos pelas populações e pelo PCP

Foi ainda apresentado o Projeto de Resolução «Reprogramar o PRR de acordo com as necessidades de o País alargar o prazo, investir em Habitação, Transportes, Água e Creches», no sentido de mobilizar uma mais adequada política de gestão dos recursos na aplicação dos fundos estruturais.

Economia, MPME e Setores Produtivos

O PCP continuou a acompanhar a situação dramática da EFACEC, onde se confirmam todas as preocupações que o PCP e os trabalhadores sempre manifestaram e a necessidade de inverter a privatização feita pelo Governo PS.

No âmbito da proposta de inquérito parlamentar à EFACEC, o PCP propôs um aditamento ao objeto do inquérito, que foi aprovado, no sentido de serem apuradas as responsabilidades, não apenas do Estado, mas também dos acionistas privados, na situação a que a empresa chegou.

Foi também desenvolvido trabalho na denúncia da política do Governo AD de delapidação dos recursos públicos em maiores benefícios às grandes empresas e a completa ausência de medidas que promovam a atividade das MPME, apontando uma política alternativa de aumento geral dos salários também como fator de dinamização do mercado interno e a intervenção que é manifestamente necessária na redução dos custos com a energia, crédito, seguros, telecomunicações, combustíveis e matérias-primas.

A situação do setor automóvel mereceu também uma atenção especial do PCP tendo em consideração a sua importância para a economia nacional. O PCP realizou a Audição Pública «Sector Automóvel: defender os interesses do País e dos trabalhadores num sector em mudança» na Assembleia da República, com a participação de organizações representativas de trabalhadores, entidades empresariais do sector, de norte a sul do país. E apresentou o Projeto de Resolução com o mesmo título, propondo medidas e soluções para a defesa da produção nacional, do desenvolvimento económico, ambiental e energético do sector e dos direitos dos trabalhadores.

Agricultura e Pescas

O PCP tomou a iniciativa em defesa dos rendimentos dos agricultores, produtores florestais e pescadores designadamente em defesa dos Baldios e contra as discriminações nos apoios; por uma justa revisão do PEPAC; por medidas extraordinárias destinadas aos produtores de uva a braços com as consequências das políticas neoliberais da União Europeia; por intervenções urgentes nas comportas da Maria da Mata que afetam os produtores de arroz no Baixo Mondego; em defesa do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar; pelo reforço de medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios; por apoios a agricultores afetados pela tempestade Kirk; pelo reforço do regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia; por uma campanha de esterilização de cães e gatos; e pela melhoria da segurança e bem-estar de animais em explorações pecuárias.

O PCP exigiu ainda a reposição das competências das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e demais serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura e Pescas que foram extintos.

Na área das Pescas, destacam-se iniciativas para a exigência de mecanismos que garantam os rendimentos dos pescadores e condições de trabalho; a melhoria da segurança no mar e da investigação de acidentes marítimos; apoios à aquisição de equipamentos de proteção no naufrágio; a exigência de relatórios sobre o funcionamento das plataformas Bmar e Capitania online; e sobre unidades de aquacultura abandonadas em mar aberto.

Ambiente e Energia

O PCP apresentou um projeto de lei que estabelece a estrutura e a orgânica das áreas protegidas, visando garantir a prioridade à conservação, a sua compatibilização com a fruição da natureza pela população e com as atividades tradicionais, garantindo proximidade e maior autonomia financeira,

não apenas designando um diretor para cada área protegida, mas consagrando cada área como organismo de direção intermédia da administração central.

Foram também apresentados projetos de resolução sobre problemas ambientais que afetam populações em diversas localidades, como são os casos das Dunas de Ovar, cujo equilíbrio é necessário proteger, e de Covas do Barroso, relativamente à exploração do lítio, que o PCP defende que deve ser suspensa, destacando-se também a defesa de um programa de valorização da Serra da Estrela.

Foram apresentadas também iniciativas legislativas com vista à interdição dos voos noturnos nos aeroportos nacionais e para a fixação do preço de referência do gás de botija, combatendo a especulação, bem como para a redução dos preços dos combustíveis.

Coesão Territorial e Ordenamento do Território

No âmbito da sua intervenção parlamentar, o PCP distinguiu-se pelas iniciativas com vista à alteração da Lei de Bases de Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, bem como à revogação do decreto do Governo que alterou o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, que permite o aumento da especulação com a habitação e o ataque a solos rústicos.

O processo extraordinário de reposição de freguesias ficou marcado pela intervenção do PCP, procurando contrariar os obstáculos colocados pelo PSD e pelo PS e influenciando de forma decisiva, no respeito pela vontade das populações e pelas decisões dos seus órgãos legítimos, a aprovação de um conjunto de desagregações que, de outro modo, não teriam sido restituídas. Podemos afirmar que o PCP é o partido das freguesias.

Igualdade

Na área da Igualdade, o PCP apresentou um conjunto de propostas ao Orçamento do Estado para 2025, desde o reforço da dotação financeira para apoio às vítimas de Violência Doméstica a medidas concretas para prevenção a par do reforço do Programa para agressores, a valorização do papel das organizações não governamentais de mulheres que lhes permita assegurar a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O mesmo relativamente ao reforço de uma verba para implementar um projeto de vida alternativo, acessível a todas as pessoas que queiram fugir da

prostituição. Da mesma forma, propusemos em sede orçamental, uma campanha de informação sobre a saúde sexual e reprodutiva e ações de formação específica de combate ao tráfico de seres humanos, designadamente para exploração laboral e sexual.

O PCP apresentou ainda iniciativas legislativas que marcaram esta Legislatura como o reforço dos direitos das mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez e à sua autodeterminação, garantindo o acesso à IVG nas unidades de saúde do SNS. No quadro da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, o PCP apresentou iniciativas para assegurar cuidados de saúde da mulher desde a menarca à menopausa, e a saúde materna.

Com o objetivo de reforçar as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica, o PCP apresentou um projeto de lei (aprovado na generalidade, mas que PSD, CDS e CH impediram que o processo legislativo ficasse concluído neste legislatura), que de entre outras, propunha a criação de uma Plataforma de prevenção e monitorização do risco, a funcionar nos serviços públicos competentes, visando a inserção de todas as ocorrências verificadas relativamente à vítima e uma mais ampla base de informação que permita uma melhor ponderação das situações de risco.

Foi ainda aprovada uma iniciativa do PCP com medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, estendendo a responsabilidade de prevenção aos operadores e gestores dos sistemas informáticos.

Justiça

Em matéria de combate à corrupção e de defesa do interesse público e da transparência foi proposta pelo PCP a proibição do recurso à arbitragem por parte do Estado em litígios que o envolvam em matéria administrativa e fiscal. E, ainda, um projeto de lei de combate às chamadas "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, incluindo as empresas que beneficiem de fundos públicos nacionais ou europeus.

Vale pouco falar de luta contra a corrupção e contra o branqueamento de capitais e depois permitir que que centenas de milhões de euros sejam colocados no exterior em manobras de ocultação com recurso a paraísos fiscais, consubstanciando fuga ao fisco e atos que configuram crimes

económico-financeiros, nesse sentido propusemos a obrigação de comunicação e a criação de uma contribuição especial sobre as transações financeiras para paraísos fiscais.

Relativamente ao funcionamento dos Tribunais, para atingir o necessário reforço de meios humanos, o PCP propôs a incorporação do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais, assim como a conclusão da Revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais.

Além disso, reiteramos as propostas de dotar os tribunais de Assessores para coadjuvarem com os magistrados e ainda a manutenção de uma bolsa de intérpretes e tradutores para simplificar e operacionalizar os processos que envolvam cidadãos estrangeiros e necessitem de documentação traduzida apenas.

Ao mesmo tempo, promovemos medidas de acesso ao direito, designadamente tornado o acesso ao patrocínio judiciário uma realidade e propondo a isenção ou baixa significativa das taxas custas e emolumentos que tornam a justiça cara e inacessível a muitos cidadãos.

Uma das questões que maior perplexidade tem criado entre os cidadãos quanto ao funcionamento da justiça, particularmente quando se trata de processos relacionados com a corrupção, a criminalidade económica e financeira ou que envolvam arguidos com notoriedade pública, é o excessivo arrastamento no tempo das fases de inquérito e instrução dos processos. O PCP apresentou alterações concretas ao regime da instrução constante do Código de Processo Penal para simplificar e encurtar esta fase processual com benefício para a justiça e para todos os envolvidos.

Reiteramos a proposta de contratação de guardas prisionais em falta nos Estabelecimentos Prisionais e a valorização das suas carreiras e revisão do respetivo Estatuto Remuneratório. Consideramos essencial a aquisição de carros celulares, a assunção de medidas de segurança nos Estabelecimentos Prisionais e que seja assegurada a dignidade do seu funcionamento, nesse sentido consideramos a contratação de enfermeiros e psicólogos tendo em conta o universo que abrange e com vista à reinserção no caso dos reclusos.

Foi aprovada nesta Legislatura a eliminação de uma desigualdade com mais de 20 anos, assim, por proposta do PCP foi reposto o suplemento de fixação do pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas Regiões Autónomas.

Grande preocupação mereceu a reinserção e aos serviços prisionais tendo sido apresentados projetos para a criação de uma carreira de técnico de reinserção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, para eliminar as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas Regiões Autónomas e no sentido de serem realizadas a valorização salarial e promoções devidas a estes profissionais.

Ao mesmo tempo, foram apresentadas iniciativas para que fosse promovida a contratação de recursos humanos para o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) e a negociação das carreiras e posições remuneratórias.

Imigração

A situação que se verifica no nosso país em matéria de imigração, com centenas de milhares de processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo sem obter qualquer resposta, é calamitosa a vários títulos.

Para o PCP, a prioridade máxima devia ser a resolução dos mais de 400.000 processos de regularização pendentes na AIMA. O PCP propôs a adoção de um Programa de Emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na AIMA. Esse programa passa por uma mobilização transitória e excecional de recursos humanos, espaços físicos e meios logísticos para, num período de seis meses, entre outubro de 2024 e março de 2025 proceder à regularização dos processos pendentes.

A par desta medida, contestamos a eliminação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse e propusemos a sua revogação sobretudo com a garantia de direitos adquiridos para os imigrantes que já estando em Portugal a trabalhar e a proceder aos seus descontos não fossem simplesmente expulsos por terem entrado e permanecido em Portugal através daquele instrumento que a lei lhe disponibilizava.

Várias propostas foram feitas pelo PCP para reforço desta área, atribuição de verba para contratação de profissionais para a AIMA, a criação de uma bolsa de tradutores e intérpretes no âmbito dos serviços públicos, o reforço de verbas para a inclusão de imigrantes na escola pública e do ensino do português.

Valorizámos em sede de Orçamento do Estado para 2025 e em iniciativa própria, a necessidade de dar todas as condições de funcionamento à Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial, dotando-a de meios financeiros, logísticos, recursos humanos e quadro de apoio técnico específico para prevenir, proibir e sancionar práticas discriminatórias em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem.

Administração Interna e Proteção Civil

O PCP apresentou diversas propostas com o objetivo de valorizar as condições de trabalho e remuneratórias das forças e serviços de segurança, incluindo a atribuição do suplemento de missão aos seus profissionais e a aprovação do estatuto da condição social. Propusemos o reforço do regime de direitos dos profissionais da GNR e de participação das respetivas associações representativas da Guarda Nacional Republicana, assim como o direito à greve dos profissionais da PSP.

Foram ainda matérias de intervenção do PCP, iniciativas como as condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança e respetiva regulamentação, o pagamento de serviços remunerados, a passagem à reserva e pré-aposentação na PSP e na GNR, a contratação de saúde para prevenir saúde mental e suicídio nas forças de segurança, a atribuição do suplemento de habitação e de deslocação dos profissionais, a diminuição da contribuição para os subsistemas da ADSE e da SAD para 2,5% e a incidência apenas de 12 meses, a aquisição de material de proteção individual e aquisição de viaturas, a verificação das condições de igualdade entre homens e mulheres nas forças de segurança e ainda, a abertura de concurso para contratação de profissionais não policiais da PSP e pessoal civil da GNR.

Ainda nesta área, o PCP recomendou que se inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR.

O serviço prestado pelos bombeiros é frequentemente enaltecido, mas não é suficientemente valorizado, razão pela qual o PCP apresentou dois projetos de lei para reforçar os direitos e regalias dos bombeiros, alterando o regime do seu estatuto social e outra iniciativa que reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido.

A área da proteção civil é uma questão central para a segurança das populações e para o desenvolvimento social, ambiental e económico do país.

O PCP reiterou iniciativas relativas à valorização salarial para os bombeiros e agentes de proteção civil, ao reconhecimento das carreiras, designadamente de bombeiro, e de vigilante da natureza que devem ser reconhecidas e compensadas pela natureza e risco da sua missão de prevenção e combate e devem ser estabelecidos os mecanismos de apoio em caso de acidente e na aposentação.

O reforço do ICNF e o Plano de Defesa e Valorização da Floresta Nacional devem merecer intervenção urgente.

O Voluntariado deve ser apoiado e incentivado e o PCP apresentou indicativas concretas, quer ao nível do estatuto social do bombeiro, quer do apoio às Associações humanitárias de Bombeiros Voluntários nos mais diversos aspetos (desde o gasóleo verde à aquisição de carros de combate a incêndios, passando pela cobrança de dívidas ao Ministério da Saúde, autarquias ou INEM).

Defesa Nacional

Colocando como questão central e decisiva para a Defesa Nacional e para as forças armadas a garantia de condições de valorização remuneratória e social dos Militares, o PCP apresentou uma iniciativa pela revisão do regime remuneratório, para pôr fim aos incumprimentos em matéria de promoções e graduações e pela realização dos investimentos necessários nas unidades militares. Foi também apresentado um Projeto de Lei com vista à consagração do complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os Antigos Combatentes; a iniciativa para a defesa dos direitos dos profissionais da Polícia Marítima.

Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No plano dos Negócios Estrangeiros é de destacar a intervenção do PCP na defesa da cooperação e na amizade entre os povos e da paz, pelo fim da guerra na Ucrânia, na Palestina, e nos diversos conflitos armados.

Neste contexto, um registo particular para a defesa à autodeterminação do povo Palestino, com a apresentação de um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo o reconhecimento do Estado da Palestina, e a exigência de uma intervenção do Governo no plano diplomático para o cessar fogo imediato e permanente, a entrada da ajuda humanitária em Gaza, a libertação dos reféns israelitas e dos presos palestinianos e a criação do Estado da Palestina, soberano e independente, com as

fronteiras de 1967 e a capital em Jerusalém oriental, em cumprimento das resoluções aprovadas nas Nações Unidas, bem como o direito de retorno dos palestinianos deslocados.

Foi apresentado ainda o Projeto de Resolução «Recomenda ao Governo que intervenha no plano internacional pelo respeito, defesa e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestiniano», e foi questionado o Governo, com múltiplos requerimentos e perguntas regimentais e audições com o Ministro na AR, sobre a sua cumplicidade no transporte de material militar para Israel e sobre a sua indiferença face às tragédias humanitárias na Palestina, inclusive com familiares de cidadãos portugueses. O PCP propôs ainda o reforço de verbas da contribuição de Portugal para a UNRWA, Agência da ONU para o apoio aos refugiados palestinianos. No plano internacional merece ainda destaque o Projeto de Resolução Pela Solidariedade com o Povo Moçambicano e pelo respeito pela soberania e independência da República de Moçambique.

Na área das Comunidades Portuguesas e nos serviços periféricos do MNE, o PCP propôs a revogação da propina e garantir a distribuição gratuita de manuais escolares no Ensino Português no Estrangeiro; o reforço do apoio às associações portuguesas no estrangeiro bem como o reforço de verba para o Conselho das Comunidades Portuguesas; e ainda o reforço dos direitos e da proteção social dos trabalhadores dos Serviços Periféricos Externos do MNE, assim como a fixação em euros dos salários dos trabalhadores no Brasil.

2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Moção de Confiança ao Governo - (11/03/25)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [O capital manda, o seu Governo concretiza, o Chega e a IL apoiam e o PS dá-lhe a mão até ao limite](#)

Intervenção de Paula Santos - [Este Governo e a sua política estão a mais](#)

- **Moção de Censura ao Governo - (05/03/25) – [Travar a degradação da situação nacional, por uma política alternativa de progresso e desenvolvimento](#)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [Este não é o tempo de calculismos, é o tempo de travar o Governo e a sua política](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Cassete?! Experimente viver com menos 510€ por mês](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [A aprovação da descida do IRC para as grandes empresas contou com o voto do Chega ao lado do Governo](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Se há alguém que não tem medo de pôr o povo a decidir, é o PCP](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [A moção de censura já tem uma vitória: finalmente o governo fala da vida das pessoas](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [A Moção de Censura do PCP obrigou o Governo a vir a jogo](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A vida mostra que tanto hoje como no passado, o PCP tinha razão em confrontar o Governo](#)

Intervenção de António Filipe - [O PS lançou uma boia de salvação ao Governo que saiu furada](#)

Intervenção de Paula Santos - [Os trabalhadores e o povo não querem tacticismo mais ou menos eleitoralistas! Exigem uma vida digna!](#)

- **Interpelação ao Governo - (26/02/25) – [A degradação da situação social do País em consequência da política de direita](#)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [Governar para os poderosos, não é um acto de coragem, mas sim uma demonstração de vassalagem](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [O Governo pode continuar com a propaganda e os números aqui dentro, mas lá fora a vida está difícil](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Mais de 4 milhões e meio de trabalhadores em Portugal \(quase 78%\) ganham menos de 1500€ por mês](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O Governo está a fazer muito em pouco tempo!... para os lucros chorudos dos grandes Grupos Económicos](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Não houve nenhuma benesse do Governo houve sim, conquistas a partir da luta dos trabalhadores](#)

Intervenção de António Filipe - [O Governo minimiza o problema da habitação e nada fez para o resolver](#)

Intervenção de Paula Santos - [Nem o anterior nem este Governo tomaram medidas para a fixação de profissionais de saúde no SNS](#)

Intervenção de António Filipe - [A melhor defesa é o ataque ao PCP, pelo coro bem afinado do PSD, IL, CDS e Chega](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo mostra um profundo desprezo pelos problemas da vida das pessoas e apresenta uma ficção](#)

- **Agendamento Potestativo do PCP - (09/10/24) – Valorizar e reforçar os direitos dos Bombeiros**

Projeto de Lei n.º 208/XVI/1.ª - [Reforça os direitos e regalias dos bombeiros](#)

Projeto de Lei n.º 207/XVI/1.ª - [Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido](#)

Intervenção de António Filipe - [Passemos das palavras aos actos, valorizemos e forcemos os direitos dos bombeiros](#)

Intervenção de António Filipe - [Seria bom saber o que é o que o Chega vai fazer com este Orçamento se não valorizar os bombeiros](#)

Intervenção de António Filipe - [É o Estado que tem de assegurar o Sistema de Proteção Civil como investimento no país e nas pessoas](#)

Intervenção de António Filipe - [Mais do que encontrar convergências, o PCP quer resolver os problemas dos bombeiros](#)

Intervenção de António Filipe - [Por iniciativa do PCP, o Governo foi hoje obrigado a dar resposta aos problemas dos bombeiros](#)

- **Debate de Atualidade - (19/09/24) - [O início do ano letivo do ensino básico e secundário](#)**

Intervenção de Paula Santos - [Mais um ano que passa, sem que tenham sido dadas as respostas necessárias aos problemas que afetam a escola pública](#)

Intervenção de Paula Santos - [Qual é o caminho e os compromissos do governo para valorizar a carreira dos professores e dos demais trabalhadores da educação?](#)

Intervenção de Paula Santos - [Com a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores foram conseguidos avanços na escola pública](#)

Intervenção de Paula Santos - [São precisas, de facto, medidas que garantam que todos os alunos têm todos os professores](#)

Intervenção de Paula Santos - [Fora a propaganda, o que fica é a opção do Governo pela não adoção das medidas imediatas e estruturais para valorizar a Escola Pública](#)

- **Agendamento Potestativo do PCP - (27/06/24) - Programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na AIMA**

Projeto de Lei n.º 173/XVI/1.ª - [Aprova um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo](#)

Intervenção de António Filipe - [PCP propõe a adoção de um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na AIMA](#)

Intervenção de António Filipe - [Importante é recrutar, durante aquele período, o número de pessoas precisas para resolver rapidamente o problema da regularização dos processos na AIMA](#)

Intervenção de António Filipe - [Chegámos a esta situação dos 400 mil ilegais e por isso é preciso este problema](#)

Intervenção de António Filipe - [Não queremos trabalhadores ilegais a trabalhar em Portugal, queremos que sejam devidamente legalizados](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O PS quando estava no Governo não tomou nenhuma medida para resolver os problemas na AIMA](#)

Intervenção de Paula Santos - [As medidas que o Governo PSD/CDS anunciou na área da imigração vão promover, de facto, a imigração ilegal](#)

Intervenção de António Filipe - [A situação na AIMA exige um programa de emergência. PSD, PS, Chega, IL e CDS recusam](#)

3. Comissões Eventuais e de Inquérito

Comissão Parlamentar de Inquérito - Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Parlamentar de Inquérito – à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e PT2030

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Eventual para o acompanhamento integrado da execução e monitorização da Agenda Anticorrupção

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Eventual para avaliar o sistema de Proteção Civil e a Prevenção e Combate aos incêndios 2024

[Consultar trabalhos](#)

4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial

Data	Debate	Tema
19/03/25	Debate preparatório CE	-
05/02/25	Debate com PM	O Governo abriu uma nova fase do ataque aos trabalhadores com a segurança social e alterações às leis laborais
		Porque razão a botija do gás custa em Portugal mais do dobro do que em Espanha?
		De uma vez por todas, Portugal tem de reconhecer o Estado da Palestina
15/01/25	Debate com PM	Garanta a segurança dos trabalhadores e das populações e deixe de favorecer os que se acham donos disto tudo
15/01/25	Debate preparatório CE	A União Europeia não é a resposta aos anseios dos povos
09/01/25	Debate Setorial - MIH	Trust In News: Vai o governo assumir uma posição de salvaguarda do grupo e dos postos de trabalho?
11/12/24	Debate com PM	Descida do IRC: PS, PSD, CDS, IL e Chega falam muitos nos pequenos para poderem governar para os grandes
		Acordo UE-Mercosul: Favorece o agronegócio e é prejudicial para os agricultores portugueses
16/10/24	Debate preparatório CE	Abdicar da soberania nacional é abdicar dos interesses do povo e do país
03/10/24	Debate com PM	Aumentar salários e pensões, é isto que se impõe
26/06/24	Debate com PM	Não é apertando salários e com a banca a lucrar 12 milhões € por dia que se combate o custo de vida
26/06/24	Debate preparatório CE	«Em vez de adoptar soluções para melhorar as condições de vida dos povos, a União Europeia dê prioridade ao militarismo»
17/05/24	Debate Setorial - MIH	O governo PSD/CDS fala em habitação pública, mas o que pretende é transferir a sua gestão para o grande negócio imobiliário por via de novas PPP
		O Governo PSD/CDS pretende partir a ferrovia aos bocados, segmentar a rede e liberalizar a ferrovia

5. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
07/03/2025	Paula Santos	O respeito pelos direitos das mulheres e igualdade são condição para uma sociedade democrática
29/01/2025	Alfredo Maia	O Governo prepara-se para transformar a Segurança Social num negócio de milhares de milhões
07/01/2025	Paula Santos	As dificuldades do SNS não acontecem por acaso, têm como objectivo promover o negócio da doença
06/12/2024	António Filipe	Sobre o Centenário do Nascimento de Mário Soares
23/10/2024	António Filipe	O plano do Governo para a Comunicação Social é um ataque à RTP para servir os grupos privados
12/06/2024	António Filipe	O Estado fica assim na posição a que se refere a canção brasileira: se fugir o bicho pega, se ficar o bicho come
25/04/2024	Paulo Raimundo	Abril é o caminho que é necessário retomar, dos direitos, sonhos e realização

6. Debate do Programa de Estabilidade

- Debate do Programa de Estabilidade - (24/04/24)

Projeto de Resolução n.º 51/XVI/1.ª - [Rejeita o Programa de Estabilidade e a política de direita, responder às necessidades do Povo e do País](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Este programa de estabilidade é um instrumento ao serviço do grande capital](#)

7. Debate do Programa do Governo

[Discussão do Programa do XXIV Governo Constitucional \(11/04/24\)](#)

Moção de [Rejeição do Programa do XXIV Governo Constitucional](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Não alimentamos ilusões, rejeitamos um programa de governo que está claramente ao serviço dos grupos económicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [Nos serviços públicos a palavra de ordem do Governo é privatizar](#)

Intervenção de António Filipe - [O que se pode esperar deste Governo é o retrocesso](#)

Intervenção de Paula Santos - [Os fundos comunitários acabam sobretudo por ser uma transferência de dinheiro público para as grandes empresas](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A inexistência de um ministério dedicado ao Ensino Superior não é um pormenor](#)

Intervenção de António Filipe - [O que se exige ao Governo é que cumpra as promessas que fez aos sectores profissionais](#)

Intervenção de Paula Santos - [Os jovens não ficam em casa dos pais por causa do IRS, mas sim porque os salários são baixos](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Damos firme combate ao governo. O seu programa só pode ter a rejeição do PCP](#)

Intervenção de Paula Santos - [O chumbo da Moção do PCP deixa claro quem se opõe e quem apoia a política de direita](#)

8. Debate do Estado da Nação

Debate do estado da Nação (17/07/24)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Aqui nesta Assembleia, não faltam apoios aos grupos económicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [O que marca os primeiros meses de governação do PSD e CDS são as crescentes dificuldades de quem vive do seu trabalho](#)

Intervenção de António Filipe - [Cada vez mais portugueses trabalhem sem ter um salário digno que lhes permita viver](#)

9. Orçamento do Estado

[Debate do Orçamento do Estado para 2025](#)

Página do OE2025 - <https://www.parlamento.pt/sites/COM/XVIIleg/5COFAP/Paginas/OE2025.aspx>

Debate na Generalidade

Intervenção de Paula Santos - [Um Orçamento do Estado feito à medida dos interesses dos grupos económicos](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O que se impõe é o aumento geral dos salários](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O PCP defende uma redução de tributação fiscal para os trabalhadores e não é isso que se verifica](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [O Orçamento não é para quem trabalha, é para os lucros dos grupos económicos](#)

Intervenção de António Filipe - [O Governo não consegue convencer que o país fica melhor com este OE que degrada os Serviços Públicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [Uma condição essencial para o desenvolvimento do País é o incremento do investimento público.](#)

Intervenção de António Filipe - [O PS vai conviver com este Orçamento com tranquilidade](#)

Intervenção de Paula Santos - [Este Orçamento e esta política não servem o País](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Uma reforma do PEPAC que corta à bruta e a direito no apoio ao investimento](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O Governo insiste no modelo de baixos salários](#)

Intervenção de António Filipe - [Se as grandes empresas já lucram muito, porque é que não pagam melhores salários já?](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O PCP defende a descida do IVA do gás, mas o Governo não quer](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Os trabalhadores, o povo e a juventude precisam de uma outra política e outro orçamento que responda aos seus reais problemas](#)

Debate na Especialidade

Audição Ministro dos Negócios Estrangeiros - [consultar](#)

Audição Ministro da Educação, Ciência e Inovação - [consultar](#)

Audição Ministro da Agricultura e das Pescas - [consultar](#)

Audição Ministra da Cultura - [consultar](#) ([2ª parte](#))

Audição Ministro da coesão Territorial - [consultar](#)

Audição Ministro das Infraestruturas e Habitação - [consultar](#)

Audição Ministra do Ambiente e da Energia - [consultar](#)

Audição Ministra da Juventude e Modernização - [consultar](#)

Audição Ministra da Administração Interna - [consultar](#)

Audição Ministra da Saúde - [consultar](#)

Audição Ministro dos Assuntos Parlamentares - [consultar](#)

Audição Ministro da Defesa - [consultar](#)

Audição Ministra da Justiça - [consultar](#)

Audição Ministro da Economia - [consultar](#)

Audição Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - [consultar](#)

Audição Ministro de Estado e das Finanças - [consultar](#)

Propostas de alteração

Propostas de alteração apresentadas pelo PCP - [consultar](#)

Discussão e votação final global

Intervenção de António Filipe - [Portugal não pode ser um país de baixos salários e de desvalorização de quem trabalhou uma vida inteira](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [É o PCP que apresenta propostas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública](#)

Intervenção de Paula Santos - [Portugal não precisa de mais injustiça fiscal que traz este orçamento de 2025, precisa é de aumento dos salários](#)

Intervenção de António Filipe - [O sistema científico em Portugal não pode ser alimentado com bolsas e precariedade dos investigadores](#)

Intervenção de Paula Santos - [Defender a Saúde, valorizar os profissionais do SNS](#)

Intervenção de António Filipe - [Garantir o financiamento da RTP](#)

Intervenção de Paula Santos - [Mais investimento no SNS e não nos grupos económicos da doença](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Aumento das pensões, garantir o seu recálculo](#)

Intervenção de Paula Santos - [Com estas propostas o Governo está a aumentar os lucros dos grupos económicos](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O Governo dá tudo aos patrões e pouco ou nada aos trabalhadores](#)

Intervenção de Paula Santos - [Vai o Governo acabar com a necessidade de autorização ministerial para o INEM contratar trabalhadores e fazer os investimentos necessários?](#)

Intervenção de Paula Santos - [Se há dinheiro para prémios, inclua-se nos salários!](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas pelo direito a uma Escola Pública, Gratuita e de Qualidade](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [PCP volta a insistir na urgência da criação de uma rede pública de creches já em 2025](#)

Intervenção de António Filipe - [O Governo deixa completamente de lado o direito dos portugueses à fruição e criação cultural](#)

Intervenção de António Filipe - [Propostas para garantir o direito à habitação](#)

Intervenção de António Filipe - [É preciso garantir o passe intermodal para os movimentos pendulares inter-regionais](#)

Intervenção de Paula Santos - [É preciso uma verdadeira estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico no nosso País](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Fixar o preço da botija de gás em 20€, baixar o IVA para 6%](#)

Intervenção de Paula Santos - [Valorizar os profissionais do SNS, criar condições para a sua fixação](#)

Intervenção de António Filipe - [Reconhecer efetivamente a penosidade e o risco inerente à profissão de bombeiro](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Sobre as Autorizações Legislativas referentes à Administração Pública](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Chega apenas pretende ocultar o seu comprometimento com as opções deste Orçamento do Estado](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [PCP insiste na atualização de 5% para todas as pensões e em 70 € para todos os pensionistas](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O subsídio de alimentação deve ser um direito de todos os trabalhadores](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Com tanto que falta, os que apoiam e viabilizam este Orçamento garantem contas certas com o capital](#)

10. Jornadas Parlamentares

Jornadas Parlamentares do PCP «Por uma vida melhor: direitos, serviços públicos, produção»

Leiria, 17 e 18 de fevereiro de 2025

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP - [consultar](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Jornadas Parlamentares do PCP «O Orçamento do Estado e as soluções de que o País precisa»

Assembleia da República, 14 e 15 de outubro de 2024

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP - [consultar](#)

Audição com Economistas [«Necessidades do País – opções políticas e a proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2025»](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Jornadas Parlamentares do PCP com Deputados do PCP no Parlamento Europeu

Sesimbra, 20 e 21 de maio de 2024

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP - [«O País consegue produzir mais, pode produzir mais e deve produzir mais»](#)

Intervenção de Abertura das Jornadas, Sandra Pereira, Deputada do PCP no Parlamento Europeu - [«Precisamos de ter no Parlamento Europeu quem combata as injustiças, as desigualdades, a dependência, a subordinação do país»](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

11. Projetos de Lei

Tip o	Nº	Título	Área
Pjl	208	Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional	Administração Interna
Pjl	207	Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido	Administração Interna
Pjl	203	Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro)	Administração Interna
Pjl	152	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro)	Administração Interna
Pjl	151	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, terceira alteração à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e primeira alteração ao Decreto-Lei nº 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR)	Administração Interna
Pjl	150	Consagra o direito à greve dos profissionais da PSP (2.ª alteração à Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro)	Administração Interna
Pjl	149	Aprova o estatuto da condição policial	Administração Interna
Pjl	7	Atribui um suplemento de missão aos profissionais das forças e serviços de segurança	Administração Interna
Pjl	495	Condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança	Administração Interna
Pjl	140	Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias úteis de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 19.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	556	Cria uma campanha nacional de esterilização de cães e gatos	Agricultura e Pescas
Pjl	178	Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas	Ambiente
Pjl	153	Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março	Assuntos Constitucionais
Pjl	614	Segunda alteração à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio	Assuntos Constitucionais
Pjl	613	Alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de julho, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, e alterada pelas Leis n.ºs 13/2010, de 19 de julho, e 55/2010, de 24 de dezembro, e Lei n.º 24/2021, de 10 de maio	Assuntos Constitucionais
Pjl	62	Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes	Defesa
Pjl	487	Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (1.ª alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto e ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto)	Defesa
Pjl	173	Aprova um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	586	Reforça as medidas de proteção do superior interesse da criança e cria a possibilidade da família de acolhimento ser candidata à adoção (Alteração ao Código Civil, sexta alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	282	Aprova o regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	265	Repõe os procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse e revoga o Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho (16.ª Alteração à Lei n.º 23 /2007, de 4 de julho)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	279	Alarga o universo de empresas em condições de aderir ao regime de IVA de Caixa e protege as micro e pequenas empresas perante situações de «créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa» (4.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio)	Economia

Pjl	6	Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores	Educação e Ciência
Pjl	564	Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (3.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)	Educação e Ciência
Pjl	557	Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço	Educação e Ciência
Pjl	372	Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação	Educação e Ciência
Pjl	371	Integração na Carreira de Investigação Científica	Educação e Ciência
Pjl	311	Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar	Educação e Ciência
Pjl	239	Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	238	Medidas de apoio aos estudantes no contexto da ação social escolar	Educação e Ciência
Pjl	237	Define a atribuição de um complemento de alojamento e de deslocação a todos os docentes e técnicos especializados deslocados	Educação e Ciência
Pjl	141	Redução do IVA da Energia e das Telecomunicações (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro)	Energia
Pjl	592	Controlo e fixação de preços do “gás de botija” (Gases de Petróleo Liquefeito engarrafado)	Energia
Pjl	591	Fixa um preço de referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL	Energia
Pjl	91	Defende a habitação própria e permanente, protege os inquilinos no arrendamento urbano e promove o correto urbanismo	Habitação
Pjl	5	Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação	Habitação
Pjl	4	Aprova o Regime Especial de Proteção da Habitação Arrendada	Habitação
Pjl	241	Aprova o desenvolvimento conceptual e normativo da Carta Municipal de Habitação	Habitação
Pjl	240	Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano	Habitação
Pjl	127	Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro)	Justiça
Pjl	44	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem para resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	Justiça
Pjl	43	Combate as "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos (quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho)	Justiça
Pjl	546	Altera o regime da instrução constante do Código de Processo Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro	Justiça
Pjl	351	Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro)	Justiça
Pjl	81	Eliminação de portagens em autoestradas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	63	Suspende a atribuição de licenças de TVDE até à conclusão do processo de avaliação e revisão do regime legal vigente	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	606	Determina a reversão das atuais PPP rodoviárias	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	462	Elimina as taxas de portagem em toda a autoestrada A25 (primeira alteração à Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Pjl	461	Elimina as taxas de portagem em todas as autoestradas ex-SCUT (primeira alteração à Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	393	Determina o fim dos voos noturnos nos aeroportos nacionais	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	365	Cria o Programa de Remoção de Obstáculos e Armadilhas nas vias de circulação rodoviária	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	68	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	Orçamento e finanças
Pjl	47	Obriga a comunicação e cria a contribuição especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais	Orçamento e finanças
Pjl	416	Aprova a reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de Freguesias aprovado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	407	Revoga o Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que procede à sétima alteração do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	300	Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	242	Altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (5.ª alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	58	Valorização profissional e remuneratória dos enfermeiros no SNS	Saúde
Pjl	3	Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	605	Integração do Internato Médico na Carreira Especial Médica e na Carreira Médica	Saúde
Pjl	604	Consagra a gestão democrática no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	603	Extingue a Direção Executiva do SNS e atribui as suas competências à Administração Central do Sistema de Saúde, alterando a sua designação para Administração Central do Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	403	Reforça os direitos das mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez e à sua autodeterminação (Alteração ao Código Penal e segunda alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril)	Saúde
Pjl	261	Prorroga o regime transitório para a utilização de embriões resultantes de doações sob o regime de anonimato	Saúde
Pjl	245	Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade	Saúde
Pjl	162	Promoção dos direitos das crianças através da valorização do abono de família a crianças e jovens, com vista à sua universalidade e da valorização do abono pré-natal	Segurança Social
Pjl	161	Criação de uma rede pública de creches	Segurança Social
Pjl	121	Alarga as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro)	Segurança Social
Pjl	120	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos	Segurança Social
Pjl	119	Revoga o fator de sustentabilidade e repõe a idade legal de reforma aos 65 anos	Segurança Social
Pjl	118	Eliminação de penalizações aos trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada	Segurança Social
Pjl	117	Eliminação da aplicação do fator de sustentabilidade às pensões por desemprego involuntário de longa duração e prevê a revisão dos regimes e medidas especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice	Segurança Social
Pjl	598	Reposição dos valores das penalizações das pensões dos ex-trabalhadores da Base das Lajes entre 2015 e 2023 (Alteração à Lei n.º 32/96, de 16 de agosto)	Segurança Social

Pjl	575	Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego	Segurança Social
Pjl	404	Carta dos direitos fundamentais dos reformados, pensionistas e idosos	Segurança Social
Pjl	313	Melhora as condições de atribuição do Complemento Solidário para Idosos e altera a regra do mecanismo de atualização anual das pensões	Segurança Social
Pjl	312	Cria uma Rede Pública de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos	Segurança Social
Pjl	160	Altera o regime de trabalho temporário, limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	159	Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	139	Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores	Trabalho
Pjl	122	Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	104	Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	103	Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	Trabalho
Pjl	102	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	84	Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho	Trabalho
Pjl	83	Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	Trabalho
Pjl	82	Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (7.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)	Trabalho
Pjl	2	Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	Trabalho
Pjl	1	Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva	Trabalho
Pjl	578	Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	577	Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 17.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)	Trabalho
Pjl	576	Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho	Trabalho
Pjl	574	Cria o subsídio de alimentação no setor privado	Trabalho
Pjl	515	Reduz a contribuição para a ADSE para 2,5% e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (19.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro)	Trabalho
Pjl	514	Reduz a contribuição para a SAD para 2,5% e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro)	Trabalho
Pjl	513	Reduz a contribuição para a ADM para 2,5% e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro)	Trabalho
Pjl	512	Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteção social aos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviço doméstico	Trabalho

12. Projetos de Resolução

Tip o	Nº	Título	Área
Pjr	656	Recomenda ao Governo que inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR	Administração Interna
Pjr	633	Pela abertura de concurso para contratação de profissionais não policiais da PSP e pessoal civil da GNR	Administração Interna
Pjr	217	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para os produtores de uva para vinho	Agricultura e Pescas
Pjr	163	Pela reconstituição das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e demais serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura que foram extintos	Agricultura e Pescas
Pjr	148	Em defesa da pesca nacional e dos rendimentos dos pescadores e produtores	Agricultura e Pescas
Pjr	108	Recomenda ao Governo a valorização dos baldios eliminando os cortes na elegibilidade das áreas de baldios para efeito de atribuição de apoios	Agricultura e Pescas
Pjr	104	Recomenda ao Governo a intervenção nas comportas da Maria da Mata e a proteção da produção de arroz na região do Baixo Mondego	Agricultura e Pescas
Pjr	754	Unidades de aquacultura abandonadas em mar aberto	Agricultura e Pescas
Pjr	753	Segurança no mar, investigação de acidentes marítimos e recomendações de segurança dos Relatórios do GAMA e da CPASHM	Agricultura e Pescas
Pjr	736	Pela melhoria das condições de bem-estar e segurança animal	Agricultura e Pescas
Pjr	657	Relatório detalhado sobre o funcionamento das plataformas Bmar e Capitania online	Agricultura e Pescas
Pjr	494	Pelo apoio aos agricultores afetados pela tempestade Kirk	Agricultura e Pescas
Pjr	132	Recomenda ao Governo medidas para a salvaguarda do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar	Ambiente
Pjr	363	Programa de Valorização da Serra da Estrela	Ambiente
Pjr	272	Recomenda ao Governo a suspensão da exploração de lítio na Mina do Barroso	Ambiente
Pjr	832	Sétima alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República	Assembleia da República
Pjr	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos	Assuntos Constitucionais
Pjr	400	Classificação da obra de Adriano Correia de Oliveira como de interesse nacional	Cultura
Pjr	319	Pela gestão pública da Fundação de Serralves e a garantia da gratuidade da entrada em Serralves em todos os domingos e feriados	Cultura
Pjr	274	Defesa dos músicos e criadores culturais do Centro Comercial STOP e criação do Centro Cultural e Musical do Porto	Cultura
Pjr	268	Recomenda ao Governo a manutenção e reabilitação do Mosteiro de Rendufe	Cultura
Pjr	47	Pela valorização remuneratória e social dos militares das Forças Armadas	Defesa
Pjr	569	Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento	Defesa
Pjr	761	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho “Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse”	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	527	Criação de um programa de financiamento para adaptação e eliminação de barreiras arquitetónicas em habitações de pessoas com mobilidade condicionada	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	486	Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	51	Rejeita o Programa de Estabilidade e a política de direita, responder às necessidades do Povo e do País	Economia
Pjr	821	Reprogramar o PRR de acordo com as necessidades do País alargar o prazo, investir em Habitação, Transportes, Água e Creches	Economia
Pjr	792	Sector Automóvel – defender os interesses dos trabalhadores e do país	Economia
Pjr	765	Determina a criação do Instituto Nacional para a Computação Avançada	Economia
Pjr	142	Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social	Educação e Ciência
Pjr	60	Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição incluindo a digitalização	Educação e Ciência

Pjr	741	Valorização das longas carreiras contributivas e aplicação de um regime de aposentação específico para professores e educadores	Educação e Ciência
Pjr	739	Recomenda ao Governo a criação das carreiras especiais na área da Educação	Educação e Ciência
Pjr	738	Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado	Educação e Ciência
Pjr	608	Por um Ensino Superior Inclusivo	Educação e Ciência
Pjr	427	Requalificação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Azeitão	Educação e Ciência
Pjr	389	Medidas de prevenção e combate à violência nas escolas	Educação e Ciência
Pjr	365	Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica	Educação e Ciência
Pjr	110	Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação	Habitação
Pjr	206	Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	Justiça
Pjr	54	Recomenda ao Governo que conclua a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais	Justiça
Pjr	465	Medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	Justiça
Pjr	362	Medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos	Justiça
Pjr	4	Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	661	Recomenda ao Governo que intervenha no plano internacional pelo respeito, defesa e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	476	Pela solidariedade com o povo moçambicano e pelo respeito pela soberania e independência da República de Moçambique	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	356	Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	223	Pela construção dos troços em falta do IC3 e da Ponte da Chamusca	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	177	Recomenda ao Governo o descongelamento e correção do Plano Ferroviário Nacional de modo a investir na ferrovia e enfrentar as dificuldades	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	149	Resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do Rio Sado	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	119	Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 103	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	764	Construção de um novo viaduto em Santana-Cartaxo e requalificação da Ponte Rainha Dona Amélia	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	652	Pela resposta urgente aos graves problemas do transporte ferroviário no atual serviço da Fertagus na ligação Setúbal – Lisboa	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	406	Recomenda ao Governo a realização do estudo de soluções para o reforço da oferta de transporte ferroviário integrado entre Lordelo e Guimarães	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	300	Desenvolver a TAP, travar a privatização	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	378	Pelo acesso das populações à rede bancária de Multibancos	Orçamento e Finanças
Pjr	101	Pela manutenção do Parque de Campismo da Galé, no concelho de Grândola	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	575	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, “Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	131	Pela valorização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, na Tocha	Saúde
Pjr	99	Pela construção de uma nova ala de Cardiologia Pediátrica no Hospital de Santa Cruz	Saúde
Pjr	98	Construção do novo hospital público do Oeste	Saúde
Pjr	59	Programa de emergência para o Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	40	Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn	Saúde
Pjr	820	Resposta de proximidade para as situações de doença aguda ligeira	Saúde
Pjr	793	Adoção de medidas para a conclusão da obra do novo Hospital Central Público do Alentejo	Saúde
Pjr	659	Por um plano de capacitação da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa	Saúde
Pjr	609	Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	Saúde
Pjr	589	Recomenda ao Governo que garanta os cuidados de saúde aos doentes com epidermólise bolhosa	Saúde

Pjr	574	Pela efetiva implementação da Educação Sexual transversal e interdisciplinar em meio escolar	Saúde
Pjr	526	Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros, que assegure a devida compensação pela penosidade e risco da profissão	Saúde
Pjr	513	Cumprir o direito de acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)	Saúde
Pjr	498	Recomenda ao Governo o reforço dos cuidados de saúde primários no concelho de Ourém	Saúde
Pjr	457	Recomenda a criação da Carreira de Médico Dentista no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	361	Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos	Saúde
Pjr	332	Saúde Sexual e Reprodutiva da Mulher	Saúde
Pjr	331	Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	292	Pelo reforço da prestação de cuidados às mulheres com cancro do ovário	Saúde
Pjr	291	Reforço da resposta dos Centros Públicos de Procriação Medicamente Assistida	Saúde
Pjr	270	Recomenda ao Governo a construção de uma nova ala cirúrgica no Hospital de Braga	Saúde
Pjr	269	Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital de Barcelos – Esposende	Saúde
Pjr	90	Pelo aumento mensal do valor da componente base e atualização do valor de referência da Prestação Social para a Inclusão	Segurança Social
Pjr	3	Aumento das reformas e pensões no ano de 2024	Segurança Social
Pjr	364	Pelo reforço da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos e valorização das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos	Segurança Social
Pjr	2	Aumento do Salário Mínimo Nacional	Trabalho
Pjr	445	Aumento do Salário Mínimo Nacional para 2025	Trabalho

13. Votos apresentados pelo PCP

Tipo	Nº	Título
Voto	565	De congratulação pelo centenário do nascimento de Carlos Paredes
Voto	561	De saudação pelo Centenário do Seixal Futebol Clube
Voto	560	De saudação pelo Centenário do Independente Futebol Clube Torrense
Voto	541	De saudação pelos 80 anos da libertação pelo Exército Soviético do Campo de Concentração de Auschwitz
Voto	510	De pesar pelo falecimento de Esmeralda Amoedo
Voto	493	De pesar pelo falecimento de José Lopes de Almeida
Voto	452	De solidariedade com o povo moçambicano e de respeito pela soberania e independência da República de Moçambique
Voto	445	De pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro
Voto	407	De pesar pelo falecimento de Odair Moniz
Voto	405	De saudação pelo reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade
Voto	404	De pesar pelo falecimento do jornalista Emídio Fernando
Voto	381	De saudação à Federação das Coletividades do Distrito do Porto na comemoração do 80.º Aniversário
Voto	373	De saudação pelo centenário da Associação dos Inquilinos Lisbonenses
Voto	369	De pesar pelo falecimento de Guilherme da Fonseca
Voto	345	De pesar pelo falecimento de Rogério de Carvalho
Voto	339	De condenação da agressão israelita ao Líbano
Voto	333	De congratulação pelo Centenário do nascimento de Amílcar Cabral
Voto	329	De pesar pelo falecimento de José Emílio da Silva, Coronel Engenheiro do Exército
Voto	306	De condenação dos sistemáticos ataques israelitas contra jornalistas, nomeadamente contra jornalistas da RTP
Voto	239	De pesar pelo falecimento de Vicente Merendas
Voto	217	De pesar pelo falecimento de Armando Carvalhêda
Voto	204	De condenação da proibição da difusão de órgãos de comunicação social
Voto	203	De saudação pelo regresso de Julian Assange à liberdade
Voto	128	De saudação por ocasião do Dia Internacional do Brincar
Voto	96	De saudação ao centenário da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
Voto	95	De saudação à Associação dos Deficientes das Forças Armadas no seu 50.º aniversário
Voto	94	De saudação aos bombeiros portugueses por ocasião do Dia Nacional do Bombeiro
Voto	43	De condenação da política de ingerência, desestabilização e agressão contra a República Bolivariana da Venezuela